



**SICOOB  
COOPJUSTIÇA**

**DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS**

**31/12/2020**

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2020 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas Estadual e dos Servidores dos Órgãos e Entidades da Área de Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro – Sicoob Coopjustiça, na forma da Legislação em vigor.

### 1. Política Operacional

Em 2020 o SICOOB COOPJUSTIÇA completou 23 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

### 2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB COOPJUSTIÇA obteve um resultado de R\$ 10.659.133,51 antes das destinações estatutárias representando um retorno anual sobre o patrimônio líquido de 13,86%.

### 3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 42.604.226,39. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 133.088,467,06.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	133.088.467,06	100%
--------------------	----------------	------

Os dez maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 2,60% da carteira, no montante de R\$ 3.455.941,07.

### 4. Captação

As captações, no total de R\$ 95.141.574,12, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 8,41%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	18.247.329,50	19,18%
Depósitos a prazo	76.894.244,62	80,82%

Os dez maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 26,65% da captação, no montante de R\$ 24.946.830,09.

### 5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB COOPJUSTIÇA era de R\$ 74.140.447,96. O quadro de associados era composto por 6.480 cooperados, havendo um decréscimo de 3,71% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

### 6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COOPJUSTIÇA adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

## **7. Governança Corporativa**

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL RIO, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## **8. Conselho Fiscal**

Eleito a cada 3 anos, o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

## **9. Código de Ética**

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPJUSTIÇA aderiram por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

## **10. Sistema de Ouvidoria**

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a ouvidoria do SICOOB COOPJUSTIÇA registrou 37 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 37 reclamações, 17 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

#### **11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop**

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

#### **Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Rio de Janeiro - RJ, 16 de março de 2021.

---

BENINO MANUEL ALONSO LORENZO  
Diretor Presidente

---

CARLOS NEY MELLO DE ULIANA  
Diretor Administrativo

---

ROBERTO DE SOUZA MEDEIROS  
Diretor Operacional

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SICOOB COOPJUSTIÇA**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>		<b>181.439.990,95</b>	<b>165.710.351,40</b>
<b>Circulante</b>		<b>65.603.484,95</b>	<b>62.574.321,65</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>4</b>	<b>43.056.162,00</b>	<b>39.154.940,22</b>
Disponibilidades		451.935,61	1.779.067,21
Centralização Financeira - Cooperativas		42.604.226,39	37.375.873,01
<b>Operações de Crédito</b>	<b>5</b>	<b>21.829.909,01</b>	<b>22.583.398,58</b>
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		22.063.148,01	22.771.319,75
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(245.989,01)	(228.052,10)
Financiamentos		12.814,08	44.265,91
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(64,07)	(4.134,98)
<b>Outros Créditos</b>	<b>6</b>	<b>691.416,62</b>	<b>817.185,06</b>
Créditos por Avais e Fianças Honradas		8.681,26	78.106,85
Diversos		674.869,56	734.998,69
Devedores por Depósitos em Garantia		-	33.552,64
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		17.061,16	10.027,35
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(9.195,36)	(39.500,47)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>7</b>	<b>25.997,32</b>	<b>18.797,79</b>
Outros Valores e Bens		1.106,00	504,00
Despesas Antecipadas		24.891,32	18.293,79
<b>Não Circulante</b>		<b>115.836.506,00</b>	<b>103.136.029,75</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>109.904.437,77</b>	<b>97.485.895,72</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>5</b>	<b>109.904.437,77</b>	<b>97.485.895,72</b>
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		110.990.372,26	98.331.257,08
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(1.107.956,53)	(857.231,25)
Financiamentos		22.132,71	13.165,55
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(110,67)	(1.295,66)
<b>Permanente</b>		<b>5.932.068,23</b>	<b>5.650.134,03</b>
<b>Investimentos</b>	<b>8</b>	<b>5.628.347,19</b>	<b>5.282.282,83</b>
Participação em Cooperativa Central de Crédito		5.579.804,65	5.237.360,31
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		48.042,53	44.422,51
Outras Participações		500,01	500,01
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>9</b>	<b>303.721,04</b>	<b>367.851,20</b>
Imobilizado de Uso		2.001.827,18	2.502.610,99
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(1.698.106,14)	(2.134.759,79)
<b>Total do Ativo</b>		<b>181.439.990,95</b>	<b>165.710.351,40</b>
<b>PASSIVO</b>		<b>104.563.582,55</b>	<b>96.270.085,16</b>
<b>Circulante</b>		<b>104.563.373,01</b>	<b>96.269.967,64</b>
<b>Depósitos</b>	<b>10</b>	<b>95.141.574,12</b>	<b>87.759.168,25</b>
Depósitos à Vista		18.247.329,50	9.940.630,37
Depósitos Sob Aviso		94.313,14	142.527,07
Depósitos à Prazo		76.799.931,48	77.676.010,81
<b>Relações Interdependências</b>	<b>11</b>	<b>1.950,46</b>	<b>1.257,03</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros		1.950,46	1.257,03
<b>Outras Obrigações</b>	<b>12</b>	<b>9.419.848,43</b>	<b>8.509.542,36</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		49,64	14.868,74
Sociais e Estatutárias	12.1	5.201.934,55	4.444.372,28
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	12.2	170.666,84	158.480,22
Diversas	12.3	4.022.197,40	3.891.821,12
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		25.000,00	-
<b>Não Circulante</b>		<b>209,54</b>	<b>117,52</b>
<b>Outras Obrigações</b>	<b>12.3</b>	<b>209,54</b>	<b>117,52</b>
Diversas		209,54	117,52
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>76.876.408,40</b>	<b>69.440.266,24</b>
<b>Capital Social</b>	<b>14</b>	<b>60.523.686,41</b>	<b>58.354.888,20</b>
De Domiciliados No País		60.525.124,81	58.356.152,90
(-) Capital A Realizar		(1.438,40)	(1.264,70)
<b>Reserva de Sobras</b>		<b>7.825.415,19</b>	<b>5.965.189,71</b>
<b>Sobras ou Perdas Acumuladas</b>	<b>14.d</b>	<b>8.527.306,80</b>	<b>5.120.188,33</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>181.439.990,95</b>	<b>165.710.351,40</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS  
SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SICOOB COOPJUSTIÇA**  
**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO**

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
<b>Ingresso/Receita da Intermediação Financeira</b>		<b>11.604.866,42</b>	<b>23.259.833,56</b>	<b>11.908.376,93</b>	<b>22.871.064,52</b>
Operações de Crédito	17	11.202.765,02	22.243.012,54	10.989.082,20	21.009.885,05
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		402.101,40	1.016.821,02	919.294,73	1.861.179,47
<b>Dispêndio da Intermediação Financeira</b>	<b>18</b>	<b>(1.170.396,08)</b>	<b>(3.233.870,32)</b>	<b>(2.551.544,08)</b>	<b>(4.821.207,08)</b>
Operações de Captação no Mercado	11.b	(1.076.715,10)	(2.810.999,45)	(2.268.961,14)	(4.432.759,68)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(93.680,98)	(422.870,87)	(282.582,94)	(388.447,40)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>10.434.470,34</b>	<b>20.025.963,24</b>	<b>9.356.832,85</b>	<b>18.049.857,44</b>
<b>Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais</b>		<b>(3.863.998,98)</b>	<b>(7.758.306,59)</b>	<b>(4.212.527,19)</b>	<b>(8.396.606,95)</b>
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	19	377.844,73	784.817,50	373.025,62	724.171,90
Rendas (Ingressos) de Tarifas	20	160.671,68	291.807,06	122.445,00	232.604,57
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	21	(2.353.330,46)	(4.823.598,53)	(2.671.811,56)	(5.151.586,32)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	22	(1.916.881,82)	(4.012.814,18)	(2.262.307,19)	(4.388.177,11)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(37.667,71)	(92.838,26)	(47.965,81)	(101.003,59)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	23	536.741,39	1.227.873,71	779.845,29	1.314.112,01
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	24	(599.493,89)	(1.111.479,11)	(502.985,37)	(995.714,42)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes	24	(25.000,00)	(26.163,84)	(3.317,06)	(24.007,77)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	24	(6.882,90)	4.089,06	543,89	(7.006,22)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>6.570.471,36</b>	<b>12.267.656,65</b>	<b>5.144.305,66</b>	<b>9.653.250,49</b>
<b>Outras Receitas e Despesas</b>	<b>25</b>	<b>9.613,11</b>	<b>9.868,11</b>	<b>2.494,80</b>	<b>4.560,56</b>
Outras Receitas		9.617,93	9.872,93	2.494,80	4.560,56
Outras Despesas		(4,82)	(4,82)	-	-
<b>Resultado Antes da Tributação e Participações</b>		<b>6.580.084,47</b>	<b>12.277.524,76</b>	<b>5.146.800,46</b>	<b>9.657.811,05</b>
Imposto de Rendas		-	(1.582,09)	-	-
Contribuição Social		-	(1.582,09)	-	-
<b>Sobras/Perdas Antes das Destinações</b>		<b>6.580.084,47</b>	<b>12.274.360,58</b>	<b>5.146.800,46</b>	<b>9.657.811,05</b>
<b>Destinações Legais e Estatutárias</b>		<b>-</b>	<b>(2.131.826,71)</b>	<b>-</b>	<b>(1.280.047,08)</b>
FATES		-	(532.956,68)	-	(320.011,77)
Reserva Legal		-	(1.598.870,03)	-	(960.035,31)
<b>Resultado Antes dos Juros ao Capital</b>		<b>6.580.084,47</b>	<b>10.142.533,87</b>	<b>5.146.800,46</b>	<b>8.377.763,97</b>
Juros ao Capital	16	(1.615.227,07)	(1.615.227,07)	(3.257.575,64)	(3.257.575,64)
<b>Sobras/Perdas Líquidas</b>		<b>4.964.857,40</b>	<b>8.527.306,80</b>	<b>1.889.224,82</b>	<b>5.120.188,33</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL  
E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SICOOB COOPJUSTIÇA  
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE**

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
<b>Sobras/Perdas Líquidas</b>		<b>6.580.084,47</b>	<b>12.274.360,58</b>	<b>5.146.800,46</b>	<b>9.657.811,05</b>
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>		<b>6.580.084,47</b>	<b>12.274.360,58</b>	<b>5.146.800,46</b>	<b>9.657.811,05</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SICOOB COOPJUSTIÇA**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais	
	Notas	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal			Contingências
<b>Saldo em 31/12/2018</b>		<b>53.777.880,30</b>	<b>(285,20)</b>	<b>4.618.554,77</b>	<b>100.000,00</b>	<b>3.723.332,14</b>	<b>62.219.482,01</b>
<b>Destinações de Sobras Exercício Anterior:</b>							
Constituição de Reservas		-	-	286.599,63	-	(286.599,63)	-
Ao Capital		3.382.500,99	-	-	-	(3.382.500,99)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	-	(54.231,52)	(54.231,52)
<b>Movimentação de Capital:</b>							
Por Subscrição/Realização		4.953.902,07	(979,50)	-	-	-	4.952.922,57
Por Devolução (-)		(6.941.065,34)	-	-	-	-	(6.941.065,34)
Estorno de Capital		(212,50)	-	-	-	-	(212,50)
<b>Reversões de Reservas</b>				<b>100.000,00</b>	<b>(100.000,00)</b>		
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>						<b>9.657.811,05</b>	<b>9.657.811,05</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>							
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(3.257.575,64)	(3.257.575,64)
Juros ao Capital		3.192.027,16	-	-	-	-	3.192.027,16
IRRF sobre Juros ao Capital		(8.879,78)	-	-	-	-	(8.879,78)
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>							
Fundo de Reserva		-	-	960.035,31	-	(960.035,31)	-
F A T E S		-	-	-	-	(320.011,77)	(320.011,77)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>		<b>58.356.152,90</b>	<b>(1.264,70)</b>	<b>5.965.189,71</b>	<b>-</b>	<b>5.120.188,33</b>	<b>69.440.266,24</b>
<b>Destinações de Sobras Exercício Anterior:</b>							
Constituição de Reservas		-	-	261.355,45	-	(261.355,45)	-
Ao Capital		4.754.597,75	-	-	-	(4.754.597,75)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	-	(104.235,13)	(104.235,13)
<b>Movimentação de Capital:</b>							
Por Subscrição/Realização		4.188.840,83	(173,70)	-	-	-	4.188.667,13
Por Devolução (-)		(8.345.578,70)	-	-	-	-	(8.345.578,70)
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>						<b>12.274.360,58</b>	<b>12.274.360,58</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>							
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(1.615.227,07)	(1.615.227,07)
Juros ao Capital		1.571.565,44	-	-	-	-	1.571.565,44
IRRF sobre Juros ao Capital		(453,41)	-	-	-	-	(453,41)
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>							
Fundo de Reserva		-	-	1.598.870,03	-	(1.598.870,03)	-
F A T E S		-	-	-	-	(532.956,68)	(532.956,68)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>		<b>60.525.124,81</b>	<b>(1.438,40)</b>	<b>7.825.415,19</b>	<b>-</b>	<b>8.527.306,80</b>	<b>76.876.408,40</b>
<b>Saldo em 30/06/2019</b>		<b>55.219.862,88</b>	<b>(2.309,50)</b>	<b>4.905.154,40</b>	<b>100.000,00</b>	<b>4.511.010,59</b>	<b>64.733.718,37</b>
<b>Movimentação de Capital:</b>							
Por Subscrição/Realização		2.260.000,89	1.044,80	-	-	-	2.261.045,69
Por Devolução (-)		(2.306.858,25)	-	-	-	-	(2.306.858,25)
<b>Reversões de Reservas</b>				<b>100.000,00</b>	<b>(100.000,00)</b>		
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>						<b>5.146.800,46</b>	<b>5.146.800,46</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>							
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(3.257.575,64)	(3.257.575,64)
Juros ao Capital		3.192.027,16	-	-	-	-	3.192.027,16
IRRF sobre Juros ao Capital		(8.879,78)	-	-	-	-	(8.879,78)
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>							
Fundo de Reserva		-	-	960.035,31	-	(960.035,31)	-
F A T E S		-	-	-	-	(320.011,77)	(320.011,77)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>		<b>58.356.152,90</b>	<b>(1.264,70)</b>	<b>5.965.189,71</b>	<b>-</b>	<b>5.120.188,33</b>	<b>69.440.266,24</b>
<b>Saldo em 30/06/2020</b>		<b>58.678.054,56</b>	<b>(94.095,28)</b>	<b>5.965.189,71</b>	<b>-</b>	<b>10.814.464,44</b>	<b>75.363.613,43</b>
<b>Destinações de Sobras Exercício Anterior:</b>							
Constituição de Reservas		-	-	261.355,45	-	(261.355,45)	-
Ao Capital		4.754.597,75	-	-	-	(4.754.597,75)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	-	(104.235,13)	(104.235,13)
<b>Movimentação de Capital:</b>							
Por Subscrição/Realização		2.121.413,47	92.656,88	-	-	-	2.214.070,35
Por Devolução (-)		(6.600.053,00)	-	-	-	-	(6.600.053,00)
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>						<b>6.580.084,47</b>	<b>6.580.084,47</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>							
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(1.615.227,07)	(1.615.227,07)
Juros ao Capital		1.571.565,44	-	-	-	-	1.571.565,44
IRRF sobre Juros ao Capital		(453,41)	-	-	-	-	(453,41)
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>							
Fundo de Reserva		-	-	1.598.870,03	-	(1.598.870,03)	-
F A T E S		-	-	-	-	(532.956,68)	(532.956,68)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>		<b>60.525.124,81</b>	<b>(1.438,40)</b>	<b>7.825.415,19</b>	<b>-</b>	<b>8.527.306,80</b>	<b>76.876.408,40</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SICOOB COOPJUSTIÇA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
<b>Atividades Operacionais</b>					
<b>Sobras/Perdas Antes das Destinações</b>		<b>6.580.084,47</b>	<b>12.274.360,58</b>	<b>5.146.800,46</b>	<b>9.657.811,05</b>
Juros ao Capital Recebido		(146.531,17)	(146.531,17)	(261.355,45)	(261.355,45)
Distribuição de Sobras e Dividendos		(8.270,98)	(11.893,38)	-	(33.320,12)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		93.680,98	422.870,87	282.582,94	388.447,40
Provisão de Juros ao Capital		(1.615.227,07)	(1.615.227,07)	(3.257.575,64)	(3.257.575,64)
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		21.556,53	36.784,27	24.026,60	49.600,01
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes		25.000,00	26.163,84	3.317,06	24.007,77
Atualização de depósitos em garantia		-	-	(3.038,58)	(3.038,58)
Depreciações e Amortizações		61.619,32	127.943,01	64.933,98	133.630,90
<b>Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações</b>		<b>5.011.912,08</b>	<b>11.114.470,95</b>	<b>1.999.691,37</b>	<b>6.698.207,34</b>
Operações de Crédito		(6.597.853,09)	(12.087.923,35)	(5.630.348,97)	(18.059.572,02)
Outros Créditos		169.786,19	125.768,44	177.531,16	(499.793,40)
Outros Valores e Bens		68.880,60	(7.199,53)	129.472,37	91.774,00
Depósitos à Vista		8.585.981,83	8.306.699,13	1.913.484,21	2.011.594,57
Depósitos sob Aviso		(48.474,43)	(48.213,93)	(42.519,58)	(53.399,88)
Depósitos à Prazo		(4.019.455,15)	(876.079,33)	2.966.155,38	13.376.741,28
Relações Interdependências		(3.245,72)	693,43	1.257,03	1.257,03
Outras Obrigações		139.519,50	850.614,16	1.062.858,40	890.334,43
FATES Sobras Exercício		(532.956,68)	(532.956,68)	(320.011,77)	(320.011,77)
Imposto de Renda		-	(1.582,09)	-	-
Contribuição Social		-	(1.582,09)	-	-
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais</b>		<b>2.774.095,13</b>	<b>6.842.709,11</b>	<b>2.257.569,60</b>	<b>4.137.131,58</b>
Recebimento Dividendos		-	3.622,40	-	6.485,13
Distribuição Sobras da Central		8.270,98	8.270,98	-	26.834,99
Recebimento de Juros ao Capital		146.531,17	146.531,17	261.355,45	261.355,45
Aquisição de Intangível		8.436,73	(7.113,57)	-	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(17.831,17)	(56.699,28)	(40.186,12)	(143.730,50)
Aquisição de investimentos		(243.260,20)	(346.064,36)	(344.622,48)	(425.334,27)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>		<b>(97.852,49)</b>	<b>(251.452,66)</b>	<b>(123.453,15)</b>	<b>(274.389,20)</b>
Aumento por Novos Aportes de Capital		2.214.070,35	4.188.667,13	2.261.045,69	4.952.922,57
Devolução de Capital à Cooperados		(6.600.053,00)	(8.345.578,70)	(2.306.858,25)	(6.941.065,34)
Estorno/Cancelamento de Capital		-	-	-	(212,50)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		(104.235,13)	(104.235,13)	-	(54.231,52)
Juros ao Capital pago		1.571.565,44	1.571.565,44	3.192.027,16	3.192.027,16
IRRF sobre Juros ao Capital		(453,41)	(453,41)	(8.879,78)	(8.879,78)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>		<b>(2.919.105,75)</b>	<b>(2.690.034,67)</b>	<b>3.137.334,82</b>	<b>1.140.560,59</b>
<b>Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(242.863,11)</b>	<b>3.901.221,78</b>	<b>5.271.451,27</b>	<b>5.003.302,97</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		43.299.025,11	39.154.940,22	33.883.488,95	34.151.637,25
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		43.056.162,00	43.056.162,00	39.154.940,22	39.154.940,22
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(242.863,11)</b>	<b>3.901.221,78</b>	<b>5.271.451,27</b>	<b>5.003.302,97</b>
<b>As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.</b>		<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>(0,00)</b>	<b>0,00</b>

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO,  
DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA  
ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2020**

## **1. Contexto Operacional**

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB COOPJUSTIÇA, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 21/01/1997, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DO RIO DE JANEIRO LTDA – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPJUSTIÇA, sediado à Av. Nilo Peçanha, 12 5º e 10º Andar, possui 7 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: CABO FRIO - RJ, VOLTA REDONDA - RJ, NOVA FRIBURGO - RJ, NITERÓI - RJ, RIO DE JANEIRO - RJ, CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, NOVA IGUAÇU - RJ.

O SICOOB COOPJUSTIÇA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 16/03/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

### **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação**

### **a) Mudanças em vigor**

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

### **b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

## **2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”**

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão, sendo:

- Diminuiu-se a concentração do fluxo de funcionários nos locais de trabalho com o sistema de home office, o escalonamento de férias e o revezamento de funcionários presenciais no atendimento.

- As equipes que trabalharam de forma presencial proporcionamos o deslocamento seguro, evitando o transporte público com a utilização dos meios particulares e aplicativos de locomoção, sempre preservando o atendimento aos cooperados.

- Adotou-se os protocolos de limpeza e as orientações dos órgãos de saúde, intensificando a higienização nos locais de contato das pessoas, como balcões, maçanetas e superfícies.
- Aos funcionários disponibilizamos mecanismos de proteção e higienização: álcool em gel, máscara descartável e máscara de proteção.
- Pensando na preservação da saúde de nossos cooperados disponibilizamos máscaras descartáveis e álcool em gel. E nas áreas de atendimento, foi feita a marcação de distanciamento no chão.
- Reforçamos a orientação aos nossos cooperados para a utilização das ferramentas remotas, App Sicoob, Sicoob Moob, Yoou, Sicoobcard, como medida de evitar o deslocamento do cooperado.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

#### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

#### **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

#### **e) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **f) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as

garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **g) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **h) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### **i) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **j) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### **k) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

#### **m) Demais ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

#### **n) Demais passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **o) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **p) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### **q) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### **r) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

#### **s) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### **t) Valor recuperável de ativos – *impairment***

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### **u) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

#### 4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários (a)	451.935,61	1.779.067,21
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	42.604.226,39	37.375.873,01
<b>TOTAL</b>	<b>43.056.162,00</b>	<b>39.154.940,22</b>

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 1.861.179,47 e R\$ 1.016.821,02, respectivamente, com taxa média de 101,14% e 101,18% do CDI nos respectivos

#### 5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	22.063.148,01	110.990.372,26	133.053.520,27	121.102.576,83
Financiamentos	12.814,08	22.132,71	34.946,79	57.431,46
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>22.075.962,09</b>	<b>111.012.504,97</b>	<b>133.088.467,06</b>	<b>121.160.008,29</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	(246.053,08)	(1.108.067,20)	(1.354.120,28)	(1.090.713,99)
<b>TOTAL</b>	<b>21.829.909,01</b>	<b>109.904.437,77</b>	<b>131.734.346,78</b>	<b>120.069.294,30</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA - Normal	27.467.861,76	-	27.467.861,76	-	28.072.325,49	-
A 0,5% Normal	76.453.758,98	34.946,79	76.488.705,77	(382.443,53)	70.322.236,33	(351.611,18)
B 1% Normal	19.611.452,39	-	19.611.452,39	(196.114,52)	14.905.756,96	(149.057,57)
B 1% Vencidas	50.205,94	-	50.205,94	(502,06)	324.556,11	(3.245,56)
C 3% Normal	7.066.236,37	-	7.066.236,37	(211.987,09)	5.763.225,15	(172.896,75)
C 3% Vencidas	596.193,75	-	596.193,75	(17.885,81)	171.994,02	(5.159,82)
D 10% Normal	915.808,50	-	915.808,50	(91.580,85)	842.295,07	(84.229,51)
D 10% Vencidas	39.858,99	-	39.858,99	(3.985,90)	255.324,29	(25.532,43)
E 30% Normal	127.002,20	-	127.002,20	(38.100,66)	184.859,36	(55.457,81)
E 30% Vencidas	241.518,39	-	241.518,39	(72.455,52)	5.454,06	(1.636,22)
F 50% Normal	77.676,12	-	77.676,12	(38.838,06)	29.356,80	(14.678,40)
F 50% Vencidas	16.924,55	-	16.924,55	(8.462,28)	52.774,91	(26.387,46)
G 70% Normal	195.650,93	-	195.650,93	(136.955,65)	55.369,18	(38.758,43)
G 70% Vencidas	128.544,31	-	128.544,31	(89.981,26)	41.391,90	(28.974,33)
H 100% Normal	16.215,16	-	16.215,16	(16.215,16)	30.326,88	(30.326,88)
H 100% Vencidas	48.611,93	-	48.611,93	(48.611,93)	102.761,78	(102.761,78)
<b>Total Normal</b>	<b>131.931.662,41</b>	<b>34.946,79</b>	<b>131.966.609,20</b>	<b>(1.112.235,52)</b>	<b>120.205.751,22</b>	<b>(897.016,33)</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>1.121.857,86</b>	<b>-</b>	<b>1.121.857,86</b>	<b>(241.884,76)</b>	<b>954.257,07</b>	<b>(193.697,66)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>133.053.520,27</b>	<b>34.946,79</b>	<b>133.088.467,06</b>	<b>(1.354.120,28)</b>	<b>121.160.008,29</b>	<b>(1.090.713,99)</b>
<b>Provisões</b>	<b>(1.353.945,54)</b>	<b>(174,74)</b>	<b>(1.354.120,28)</b>		<b>(1.090.713,99)</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>131.699.574,73</b>	<b>34.772,05</b>	<b>131.734.346,78</b>		<b>120.069.294,30</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	7.022.382,47	15.040.765,54	110.990.372,26	133.053.520,27
Financiamentos	4.601,05	8.213,03	22.132,71	34.946,79
<b>TOTAL</b>	<b>7.026.983,52</b>	<b>15.048.978,57</b>	<b>111.012.504,97</b>	<b>133.088.467,06</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	151,45	-	151,45	0%
Pessoa Física	133.053.368,82	34.946,79	133.088.315,61	100%
<b>TOTAL</b>	<b>133.053.520,27</b>	<b>34.946,79</b>	<b>133.088.467,06</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(1.090.713,99)	(868.136,18)
Constituições / Reversões	-453.175,98	(367.811,13)
Transferência para prejuízo	189.769,69	145.233,32
<b>TOTAL</b>	<b>(1.354.120,28)</b>	<b>(1.090.713,99)</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	384.415,92	0,29%	400.028,79	0,00%
10 Maiores Devedores	3.455.941,07	2,60%	2.975.229,50	2,00%
50 Maiores Devedores	12.712.797,56	9,55%	10.386.098,38	9,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	715.241,51	716.045,08
Valor das operações transferidas no período	189.769,69	157.922,16
Valor das operações recuperadas no período	(102.525,39)	(158.725,73)
<b>TOTAL</b>	<b>802.485,81</b>	<b>715.241,51</b>

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2020 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$62.223.953,18, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

## 6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	8.681,26	78.106,85
<b>Diversos</b>		
Adiantamentos e antecipações salariais	-	29.520,34
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (b)	62.915,73	13.842,00
Devedores por depósitos em garantia	-	33.552,64
Títulos e créditos a receber (c)	47.702,99	40.505,14
Devedores diversos – país (d)	564.250,84	651.131,21
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	17.061,16	10.027,35
<b>(-) Provisões para outros créditos</b>		
(-) Com características de concessão de crédito (e)	(9.195,36)	(39.500,47)
<b>TOTAL</b>	<b>691.416,62</b>	<b>817.185,06</b>

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Refere-se a valores antecipado à fornecedores (R\$ 54.718,31), com destaque para o adiantamento do plano de saúde dos funcionários, fundo fixo (R\$ 1.197,42) e outros adiantamentos realizados para viagens (R\$ 7.000,00).

(c) Refere-se a tarifas a receber que estão em aberto (R\$ 757,00) e convênios a receber (46.945,99).

(d) Devedores diversos – país é composto por pendências a regularizar (R\$ 732,57) e empresa conta descontos em folha (R\$ 563.518,27).

(e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A 0,50% Normal	34.816,01	-	34.816,01	(174,10)	27.444,35	(137,21)
B 1% Normal	1.195,28	-	1.195,28	(11,95)	4.005,44	(40,05)
C 3% Normal	10.934,70	-	10.934,70	(328,05)	6.688,94	(200,67)
E 30% Normal	-	-	-	-	1.400,21	(140,03)
E 30% Vencidas	-	-	-	-	20.166,04	(6.049,81)
F 50% Vencidas	-	-	-	-	14.463,32	(4.339,00)
G 70% Vencidas	-	-	-	-	21.996,19	(10.998,10)
H 100% Vencidas	-	-	-	-	12.952,32	(9.066,62)
<b>Total Normal</b>	<b>46.945,99</b>	-	<b>46.945,99</b>	<b>(514,10)</b>	<b>20.166,04</b>	<b>(6.567,77)</b>
<b>Total Vencidos</b>	-	<b>8.681,26</b>	<b>8.681,26</b>	<b>(8.681,26)</b>	<b>57.940,81</b>	<b>(32.932,70)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>46.945,99</b>	<b>8.681,26</b>	<b>55.627,25</b>	<b>(9.195,36)</b>	<b>117.645,79</b>	<b>(39.500,47)</b>
<b>Provisões</b>	<b>(514,10)</b>	<b>(8.681,26)</b>	<b>(9.195,36)</b>		<b>(39.500,47)</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>46.431,89</b>	-	<b>46.431,89</b>		<b>78.145,32</b>	

## 7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Material em Estoque	1.106,00	504,00
Despesas Antecipadas (a)	24.891,32	18.293,79
<b>TOTAL</b>	<b>25.997,32</b>	<b>18.797,79</b>

(a) Registram-se as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros (R\$ 5.185,72) e processamento de dados (R\$ 19.705,60).

## 8. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	5.579.804,65	5.237.360,31
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito (b)	48.042,53	44.422,51
Outras Participações (c)	500,01	500,01
<b>TOTAL</b>	<b>5.628.347,19</b>	<b>5.282.282,83</b>

(a) Refere-se a cotas de capital no SICOOB CENTRAL RIO.

(b) Refere-se as ações que a cooperativa possui junto ao BANCO COOPERATIVA DO BRASIL S.A – BANCOOB.

(c) Refere-se a cotas de capital na FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO URBANO – FENACRED.

## 9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Edificações	4%	965.822,53	965.822,53
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(965.822,53)	(939.871,57)
Instalações	10%	23.217,00	53.414,86
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(21.653,51)	(51.429,69)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	396.398,16	532.967,18
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(233.690,96)	(366.719,63)
Sistema de Comunicação	20%	20.917,97	29.779,98
Sistema de Processamento de Dados	20%	570.300,21	889.834,63
Sistema de Segurança	10%	25.171,31	30.791,81
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(476.939,14)	(776.738,90)
<b>TOTAL</b>		<b>303.721,04</b>	<b>367.851,20</b>

## 10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	18.247.329,50		9.940.630,37	
Depósito Sob Aviso	94.313,14	0,16	142.527,07	0,37
Depósito a Prazo	76.799.931,48	0,15	77.676.010,81	0,34
<b>TOTAL</b>	<b>95.141.574,12</b>		<b>87.759.168,25</b>	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	6.923.261,67	7,40%	6.189.712,09	7,00%
10 Maiores Depositantes	24.946.830,09	26,65%	23.245.723,19	27,00%
50 Maiores Depositantes	46.651.425,00	49,83%	46.349.699,51	54,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1.392,46)	(3.888,04)	(4.941,92)	(10.693,49)
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.004.427,63)	(2.680.894,62)	(2.205.599,14)	(4.306.098,48)
Despesas de Depósitos Judiciais	-	-	(4.112,00)	(4.112,00)
Despesas de Contribuição Fundo Garantidor de Créditos	(70.895,01)	(126.216,79)	(54.308,08)	(111.855,71)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.076.715,10)</b>	<b>(2.810.999,45)</b>	<b>(2.268.961,14)</b>	<b>(4.432.759,68)</b>

## 11. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	1.950,46	-
Ordens de Pagamento	-	1.257,03
<b>TOTAL</b>	<b>1.950,46</b>	<b>1.257,03</b>

(a) Refere-se a recebimento de boletos de cobrança.

## 12. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	49,64	-	14.868,74	-
Sociais e Estatutárias (12.1)	5.201.934,55	-	4.444.372,28	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferida (12.2)	170.666,84	-	158.480,22	-
Diversas (12.3)	4.047.197,40	209,54	3.891.821,12	117,52
<b>TOTAL</b>	<b>9.394.848,43</b>	<b>209,54</b>	<b>8.509.542,36</b>	<b>117,52</b>

### 12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (a)	574.452,71	320.011,77
Cotas de Capital a Pagar (b)	4.627.481,84	4.124.360,51
<b>TOTAL</b>	<b>5.201.934,55</b>	<b>4.444.372,28</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

### 12.2 Obrigações Fiscais Correntes e Diferida

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	4.935,94	23,23
Impostos e Contribuições sobre Salários	145.005,93	131.998,36
Outros	20.724,97	26.458,63
<b>TOTAL</b>	<b>170.666,84</b>	<b>158.480,22</b>

### 12.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	54.513,03	-	-	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (b)	18.734,62	-	19.240,80	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	386.693,29	-	344.866,56	-
Provisão para Passivos Contingentes	25.000,00	-	-	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	35.778,19	209,54	39.959,27	117,52
Credores Diversos – País (e)	3.526.478,27	-	3.487.754,49	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.047.197,40</b>	<b>209,54</b>	<b>3.891.821,12</b>	<b>117,52</b>

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas diversas.

(b) Trata-se de depósito em conta corrente referente a modalidade de conta salário (18.217,28) e de provisão para pagamento de despesas com pensão judicial dos colaboradores (517,34).

(c) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal (R\$ 326.341,74), outras despesas administrativas (R\$ 60.351,55).

(d) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 3.928.447,45 (R\$ 4.176.954,62 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(e) O saldo é composto por: pendências a regularizar (R\$ 90.539,60), pagamentos a processar (R\$ 3.192.288,85), pendências a regularizar Bancoob (R\$ 154.567,47), valores a liquidar – parcelas crédito consignado (R\$ 8.666,95), outros credores diversos – país (R\$ 77.805,40) e outros (R\$ 2.610,00).

### 13. Instrumentos financeiros

O SICOOB COOPJUSTIÇA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

### 14. Patrimônio líquido

#### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	60.523.686,41	58.354.888,20
Associados	6.480	6.729

#### b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 15%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades. Em 31/12/2020 a Reserva Legal totalizava R\$ 7.825.415,19 (R\$ 5.965.189,71 em 2019).

#### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é

registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30/07/2020, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social no valor de R\$ 4.858.832,88, e pela destinação a reserva legal no montante de R\$ 261.355,45 com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2019**.

#### d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício, base de cálculo das destinações	10.659.133,51	6.400.235,41
Reserva legal - 15%	(1.598.870,03)	(960.035,31)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(532.956,68)	(320.011,77)
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>8.527.306,80</b>	<b>5.120.188,33</b>

### 15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Receita de prestação de serviços	295.772,51	300.398,13
Despesas específicas de atos não cooperativos	(235.312,25)	(197.491,64)
Despesas apropriadas na proporção das receitas atos não cooperativos	(109.652,06)	(114.956,27)
Resultado operacional	(49.191,80)	(12.049,78)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	9.868,11	4.560,56
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(39.323,69)	(7.489,22)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.164,18)	-
(-) Outras Deduções Res. 129/18 e Res 145/16	(328.777,34)	(328.822,74)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(371.265,21)	(331.311,96)

### 16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de 2020, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 1.615.227,07, equivalente a 100% da variação da SELIC. Em **2019**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 3.257.575,64, equivalente a 100% da variação da SELIC.

### 17. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	2.794,45	6.555,31	3.474,17	5.136,75
Rendas De Empréstimos	11.141.641,52	22.125.329,85	10.862.048,38	20.821.634,70
Rendas De Financiamentos	3.677,73	8.601,99	7.812,30	18.882,32
Recuperação De Créditos Baixados Prejuízo	54.651,32	102.525,39	115.747,35	164.231,28
<b>TOTAL</b>	<b>11.202.765,02</b>	<b>22.243.012,54</b>	<b>10.989.082,20</b>	<b>21.009.885,05</b>

### 18. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(1.076.715,10)	(2.810.999,45)	(2.268.961,14)	(4.432.759,68)
Provisões para Operações de Crédito	(670.144,08)	(1.288.029,20)	(517.096,94)	(964.566,05)

Provisões para Outros Créditos	(4.365,58)	(65.272,65)	(33.370,72)	(44.685,45)
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	537.257,47	872.773,06	261.568,13	596.754,92
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	43.571,21	57.657,92	6.316,59	24.049,18
<b>TOTAL</b>	<b>(1.170.396,08)</b>	<b>(3.233.870,32)</b>	<b>(2.551.544,08)</b>	<b>(4.821.207,08)</b>

## 19. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	17.424,59	35.889,55	24.271,47	47.639,97
Rendas de outros serviços	360.420,14	748.927,95	348.754,15	676.531,93
<b>TOTAL</b>	<b>377.844,73</b>	<b>784.817,50</b>	<b>373.025,62</b>	<b>724.171,90</b>

## 20. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Serviços Prioritários - PF	155.563,22	282.021,12	116.591,60	221.912,27
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	119,00	153,00	85,00	187,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	4.989,46	9.632,94	5.768,40	10.505,30
<b>TOTAL</b>	<b>160.671,68</b>	<b>291.807,06</b>	<b>122.445,00</b>	<b>232.604,57</b>

## 21. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(16.594,11)	(37.988,24)	(15.568,63)	(31.903,81)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(320.369,28)	(625.200,79)	(311.871,63)	(625.316,55)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(405.174,64)	(1.061.787,75)	(706.384,24)	(1.171.645,38)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(449.585,42)	(841.066,56)	(408.042,26)	(888.589,61)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.113.902,18)	(2.097.577,88)	(1.061.210,76)	(2.139.504,41)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(2.737,00)	(5.474,53)	(3.209,69)	(5.549,69)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(44.967,83)	(154.502,78)	(165.524,35)	(289.076,87)
<b>TOTAL</b>	<b>(2.353.330,46)</b>	<b>(4.823.598,53)</b>	<b>(2.671.811,56)</b>	<b>(5.151.586,32)</b>

## 22. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(32.379,42)	(66.535,02)	(31.318,34)	(69.605,26)
Despesas de Aluguéis	(57.225,18)	(99.997,32)	(44.005,79)	(92.652,78)
Despesas de Comunicações	(101.455,76)	(187.505,75)	(98.437,37)	(195.266,20)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(5.668,97)	(15.826,50)	(8.725,90)	(37.389,70)
Despesas de Material	(29.889,19)	(62.273,91)	(39.566,73)	(67.996,81)
Despesas de Processamento de Dados	(160.271,44)	(335.703,27)	(157.019,46)	(304.297,96)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(4.443,26)	(12.255,18)	(75.750,34)	(95.659,14)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(18.089,60)	(42.198,80)	(32.745,60)	(71.771,06)
Despesas de Publicações	(1.760,00)	(1.760,00)	(600,00)	(600,00)
Despesas de Seguros	(10.428,88)	(19.512,67)	(8.529,43)	(17.370,35)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(235.076,28)	(482.613,23)	(284.810,94)	(545.835,27)
Despesas de Serviços de Terceiros	(170.114,33)	(262.732,25)	(117.885,31)	(209.005,62)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(47.255,90)	(106.521,38)	(64.456,67)	(129.686,92)
Despesas de Transporte	(16.404,22)	(25.937,90)	(44.190,28)	(79.263,40)
Despesas de Viagem no País	(19.024,80)	(62.856,89)	(3.694,30)	(14.422,63)
Despesas de Amortização	(5.350,00)	(7.113,57)	-	-
Despesas de Depreciação	(56.269,32)	(120.829,44)	(64.933,98)	(133.630,90)
Outras Despesas Administrativas	(203.358,84)	(427.166,06)	(253.101,35)	(477.666,15)
Emolumentos judiciais e cartorários	(5.753,25)	(7.288,92)	(12.041,14)	(23.694,31)
Contribuição a OCE	(71.401,03)	(142.802,11)	(65.611,77)	(131.223,51)

Rateio de despesas da Central	(621.390,08)	(1.425.511,64)	(805.926,15)	(1.593.911,79)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(43.872,07)	(97.872,37)	(48.956,34)	(97.227,35)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.916.881,82)</b>	<b>(4.012.814,18)</b>	<b>(2.262.307,19)</b>	<b>(4.388.177,11)</b>

### 23. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	47.435,24	71.909,24	62.118,76	89.097,16
Dividendos	-	3.622,40	-	6.485,13
Deduções e abatimentos	604,77	604,77	10,00	10,00
Distribuição de sobras da central	8.270,98	8.270,98	-	26.834,99
Taxa de Administ. para funcionamento da cooperativa	155.796,11	341.166,49	190.200,80	378.471,20
Atualização depósitos judiciais	-	-	3.038,58	3.038,58
Outras rendas operacionais	172.722,06	413.172,90	288.661,16	331.512,46
Rendas oriundas de cartões de crédito	151.912,23	389.126,93	235.815,99	478.662,49
<b>TOTAL</b>	<b>536.741,39</b>	<b>1.227.873,71</b>	<b>779.845,29</b>	<b>1.314.112,01</b>

### 24. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Operações de Crédito Renegociações	-	-	(97,62)	(97,62)
Despesas de Provisões Passivas	(31.882,90)	(22.074,78)	(2.773,17)	(31.013,99)
Outras Despesas Operacionais	(599.075,49)	(1.098.205,01)	(501.618,95)	(993.776,70)
Cancelamento - tarifas pendentes	(418,40)	(13.274,10)	(1.268,80)	(1.840,10)
<b>TOTAL</b>	<b>(631.376,79)</b>	<b>(1.133.553,89)</b>	<b>(505.758,54)</b>	<b>(1.026.728,41)</b>

### 25. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Ganhos de Capital	9.617,93	9.872,93	2.494,80	4.560,56
(-) Perdas de Capital	(4,82)	(4,82)	-	-
<b>Resultado Líquido</b>	<b>9.613,11</b>	<b>9.868,11</b>	<b>2.494,80</b>	<b>4.560,56</b>

### 26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) No exercício de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)			BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Honorários - Conselho Fiscal	(16.594,11)	(37.988,24)	(15.568,63)	(31.903,81)

Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(320.369,28)	(620.708,89)	(290.310,51)	(572.697,15)
Auxílio Alimentação / Refeição	-	(4.491,90)	(21.561,12)	(52.619,40)
Encargos Sociais	(61.786,17)	(117.298,77)	(51.844,17)	(110.695,68)
<b>TOTAL</b>	<b>(398.749,56)</b>	<b>(780.487,80)</b>	<b>(379.284,43)</b>	<b>(767.916,04)</b>

## 27. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB COOPJUSTIÇA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO RIO DE JANEIRO LTDA - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPJUSTIÇA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL RIO:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	<b>48.184.031,04</b>	<b>42.613.233,32</b>
Relações interfinanceiras - Centralização financeira	42.604.226,39	37.375.873,01
Investimentos – Participações	5.579.804,65	5.237.360,31

## 28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

### 28.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### **28.2 Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição ao risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### **28.3 Gerenciamento de Capital**

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### **28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental**

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco

de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### 28.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

### 29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimonial	5.225.000,00	5.118.000,00
Valores	260.000,00	220.000,00

### 30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência (PR)	74.140.447,96	67.044.054,38
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	124.511.119,38	113.116.378,62
Índice de basileia (mínimo 13%) - %	59,54%	59,27%
Imobilizado para cálculo do limite	304.221,05	368.351,21
Índice de imobilização (limite 50%) - %	0,41%	0,55%

### 31. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.



Segundo a assessoria jurídica do SICOOB COOPJUSTIÇA, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível.

RIO DE JANEIRO-RJ, 16 de Março de 2021

---

BENINO MANUEL ALONSO LORENZO  
Diretor Presidente

---

CARLOS NEY MELLO DE ULIANA  
Diretor Administrativo

---

ROBERTO DE SOUZA MEDEIROS  
Diretor Operacional

---

CELMA CRISTINA SGORLON CAVALCANTE  
Contadora CRC 064309/O-8

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas Estadual e dos Servidores dos Órgãos e Entidades da Área de Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro - SICOOB COOPJUSTIÇA

Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas Estadual e dos Servidores dos Órgãos e Entidades da Área de Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro - SICOOB COOPJUSTIÇA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB COOPJUSTIÇA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições

financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 25 de março de 2021.



Elisângela de Cássia Lara  
Contador CRC MG 086.574/O

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas Estadual e dos Servidores dos Órgãos e Entidades da Área de Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro – Sicoob Coopjustiça e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos as demonstrações financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o Respectivo Parecer dos Auditores Independentes, documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Com base nos nossos exames e no Parecer de Auditoria Independente, emitido pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos associados.

Rio de Janeiro – RJ, 24 de março de 2021.

Atenciosamente,

### **MEMBROS EFETIVOS**

**ANTÔNIO CARLOS ROMEO**  
CPF: 351.247.687-20

**KÁTIA REGINA DE FRANÇA**  
CPF: 659.602.897-68

**LUIS CARLOS GOMES DA SILVA**  
CPF: 489.982.737-72